Vale ressaltar que desde a vigência da Constituição de 1988, nenhum projeto de lei apoiado pela população foi, sob o aspecto formal, recebido pela Casa como oriundo da iniciativa popular. Em razão da dificuldade de ordem prática de se conferir mais de um milhão e meio de assinaturas, além da situação eleitoral de cada um dos apoiadores, as proposições acabam sendo “adotadas” formalmente por Parlamentares.

Com a solução tecnológica que se pretende adotar, juntamente com o suporte jurídico da legislação a ser apreciada por esta Comissão, o apoio dos cidadãos aos projetos de lei poderá ser feito de forma eletrônica, no sítio da Câmara dos Deputados, a partir de computadores, *tablets*, ou telefones celulares (*smartphones*) com acesso à Internet.

Uma vez implementada a solução proposta, os projetos de lei de iniciativa popular passarão a tramitar nesta Casa com a autoria formal correspondente à realidade.

Não temos dúvida do avanço que traremos a esse importantíssimo instrumento de democracia direta previsto em nossa Constituição. Solicitamos, assim, a aprovação do presente requerimento pelos nobres Pares.

Sala da Comissão, em de fevereiro de 2017.

Deputado VICENTE CÂNDIDO
Relator